

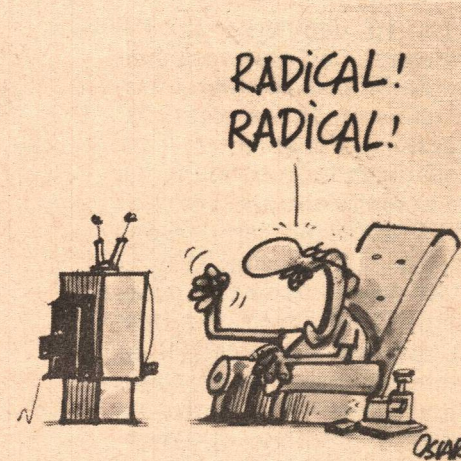
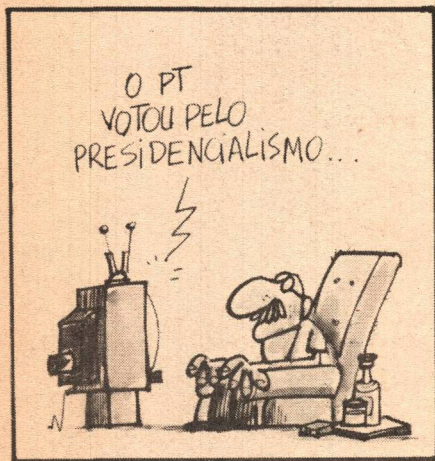
Na luta da **PT** Constituinte

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Brasília, maio de 1988 - nº 8



Quatro anos e presidencialismo

Regime de governo já está definido, mas mandato de Sarney ainda não

A aprovação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República não significa cinco anos para o presidente Sarney. O mandato dele só será definido pela Constituinte no último título a ser votado, o das Disposições Transitórias. E como este é um governo transitório, escolhido pelo Colégio Eleitoral, caberá à Constituinte definir o fim da "transição" conservadora, com a eleição direta do presidente da República.

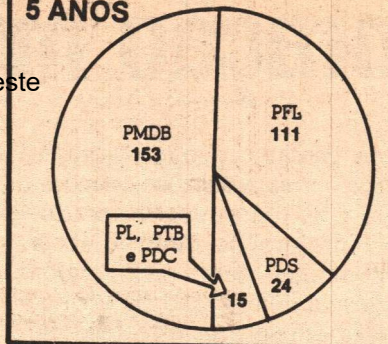
O Partido dos Trabalhadores votou pelos quatro anos para os futuros presidentes. Foi aprovado o mandato de cinco anos com 304 votos. Imediatamente vieram Sarney e alguns de seus ministros e serviais tentar confundir a opinião pública apontando o mesmo mandato para Sarney como fato consumado. O próprio projeto da Comissão de Sistematização já previa cinco anos para os futuros presidentes e quatro anos para Sarney.

É intolerável a perspectiva de mais um ano de governo Sarney. A economia brasileira só aponta horizontes pessimistas tanto aos operários quanto à classe média, aos produtores rurais e aos pequenos e médios empresários. O governo Sarney não elabora políticas para os diversos setores da atividade econômica e social. Quando faz planos, não os cumpre. E, quando cumpre, favorece os já privilegiados: o grande capital e os banqueiros. Em nome do que deve esse governo permanecer mais do que os quatro anos que lhe couberam pela morte de Tancredo Neves, e que já são demais?

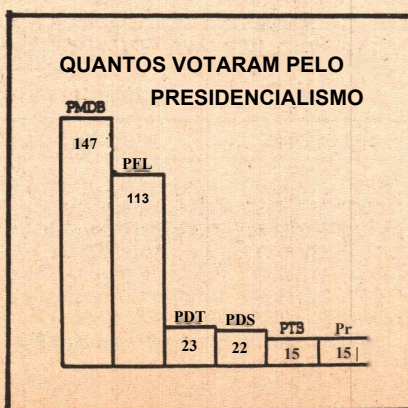
Cinco anos para os futuros presidentes significa um mandato para presidentes que serão legitimados pelo voto popular, para governos que ainda não se conhecem. Já o mandato de Sarney é específico de um período de transição, de um governo sem a legitimidade do voto popular, de um desgoverno conhecido, responsável pelo aprofundamento da crise e pelo continuísmo da tutela militar.

O mesmo esquema fisiológico e corrupto que o Palácio do Planalto armou para a votação do mandato dos futuros presidentes e do regime de governo continua armado para a votação do mandato de Sarney. Entretanto, esse esquema será frágil se a ele contrapormos a pressão popular organizada. Daí porque é prioridade do PT somar forças no trabalho de preparação da campanha popular, forte o bastante para convencer os constituintes a votar o mandato de quatro anos para Sarney. Nem um dia mais!

QUANTOS VOTARAM NOS 5 ANOS



O PMDB foi responsável por 50% dos votos favoráveis ao mandato de 5 anos para os futuros presidentes, aprovado por estreita maioria. No presidencialismo votaram 344 parlamentares, representando 62% da Constituinte.



O parlamentarismo hoje seria regime de conchavos

Há anos o povo brasileiro quer eleger democraticamente, pelo voto direto, o seu governante máximo. A ditadura impediu essa eleição por quase 30 anos e, agora, quando não é mais possível impedi-la, diversos setores políticos tentam reeditar o parlamentarismo. Alguns com o objetivo de evitar que o presidente eleito pelo voto popular governe de fato o País, outros com a crença de que o parlamentarismo seria solução para conter as intervenções militares e outras formas de autoritarismo. A realidade é que a vitória do presidencialismo na Constituinte correspondeu aos anseios do povo, atestados em dezenas de pesquisas de opinião.

O PT debateu amplamente a questão do regime de governo e, em todas as instâncias do partido, o presidencialismo foi vitorioso. Assim, ao votar pelo presidencialismo, a bancada petista refletiu a vontade partidária.

No presidencialismo é possível a formação de um governo de conteúdo democrático e popular, ligado mais diretamente ao povo e capaz de iniciar o processo de transformações estruturais. O parlamentarismo, nas atuais circunstâncias políticas, seria o regime dos conchavos, refratário às mudanças. Afinal, não é difícil para o poder econômico, nacional e estrangeiro, renovar a cada quatro anos maiorias parlamentares fiéis aos seus interesses. A influência do poder econômico é muito maior nas eleições parlamentares. Prova disso é o caráter conservador que historicamente o Parlamento apresenta.

Não é verdade que o parlamentarismo seja uma proposta de esquerda e o presidencialismo uma proposta de direita. Na votação em plenário, esquerda e direita se misturaram, por várias razões. Delfim Netto, por exemplo, votou no parlamentarismo, ao lado de progressistas do PMDB e de partidos comunistas. Se houve estranhas confluências na Constituinte durante a votação do regime de governo, já na opinião pública, conforme atestam as pesquisas, a proposta que encontra amplo respaldo é quatro anos com presidencialismo, e esta é a posição do PT. E, que não haja dúvida, o PT defende o presidencialismo com um legislativo forte, sem decretos-leis, e não este presidencialismo herdado da ditadura que ainda está em vigor.

E verdade que o presidente Sarney jogou pesado no presidencialismo. Um jogo sujo, marcado pela troca de favores e privilégios. Denunciamos as manobras do governo, sem prejuízo do presidencialismo. Se é verdade que a curto prazo o presidencialismo interessa a Sarney, é verdade também que a médio prazo e longo prazo, ele interessa ao povo brasileiro. E o fato fundamental é que o destino de Sarney só será de fato decidido quando da votação do seu mandato, nas Disposições Transitórias. Será neste momento que todas as forças democráticas deverão se unir para estabelecer os quatro anos de mandato. Nós queremos substituir Sarney o mais rápido possível, mas por via do voto direto, e não dos conchavos parlamentares.

PT recebe nota dez do DIAP

Os 16 deputados do PT obtiveram a nota máxima atribuída pelo DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — na avaliação que a entidade fez do desempenho de todos os constituintes no capítulo dos direitos dos trabalhadores. O DIAP deu notas de zero a dez aos parlamentares "com base no voto em dez emendas de interesse unânime da classe trabalhadora". O objetivo da pesquisa, segundo o DIAP, foi o de mostrar quais constituintes merecem a confiança dos trabalhadores.

As votações que serviram de base na pesquisa do DIAP foram: garantia no emprego, jornada de trabalho, jornada para turnos ininterruptos, salário mínimo, prescrição de causas trabalhistas após cinco anos, férias, piso salarial, direito de greve, aviso prévio de 30 dias e comissão de fábrica. Também foi considerada a presença dos constituintes nas votações.

A avaliação foi publicada no jornal do DIAP e agora será reproduzida pelos jornais das 413 entidades sindicais filiadas em todo o País. Mas a repercussão já começou no próprio plenário da Constituinte, onde era grande o interesse dos parlamentares em saber que nota tiraram.

Dos 559 constituintes, 268 ficaram com média abaixo de cinco. 146 tiveram mais de cinco e menos de 7,5, enquanto 154 tiveram notas acima de 7,5. Destes, apenas 75 tiveram nota dez, entre eles os 16 do PT.

PT Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.

Tiragem: 20.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT. Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro

Diagramação: Licurgo Botelho

Ilustração: Oscar

Distribuição: Secretaria Nacional de Organização — PT.

Impressão: Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de São Paulo

Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes CEP: 70.160 — Brasília - DF



Constituinte nacionaliza exploração mineral

Na maior derrota do Centrão na Constituinte, o plenário nacionalizou a exploração mineral, definiu o conceito de empresa nacional, proibiu novos contratos de risco para a exploração do petróleo e aprovou emenda da deputada Irma Passoni, que possibilitará a aplicação de critérios sociais e não os critérios estritamente econômicos na determinação das tarifas dos serviços públicos, conforme estava previsto tanto no projeto da Comissão de Sistematização quanto no do Centrão.

O resultado surpreendeu os coordenadores do Centrão, que estavam certos de que o projeto deles seria vitorioso em todo o capítulo dos princípios da Ordem Econômica. Com a intenção

de passar o "rolo compressor" nas votações, recusaram as tentativas de acordo. O projeto do Centrão abria caminho para uma maior desnacionalização da economia em setores estratégicos, e considerava empresa nacional qualquer multinacional estabelecida no Brasil. Já na primeira votação da Ordem Econômica, no dia 26, entretanto, ficou evidente a divisão no Centrão e a unidade entre os partidos de esquerda e os "progressistas" do PMDB. O Centrão foi então obrigado a negociar, cedendo em pontos fundamentais.

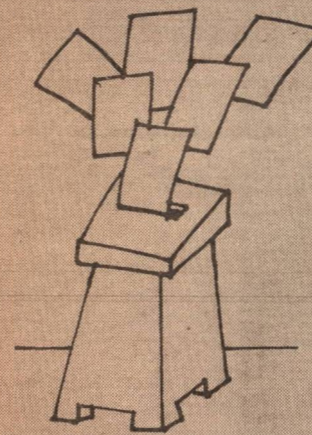
O acordo firmado entre lideranças de todos os partidos fixou certos pontos básicos, enquanto outros pontos mais polêmicos foram à votação. "O que era possí-

vel avançar no acordo, avançamos, e o que não foi possível, ganhamos no voto", explicou o deputado petista Vladimir Palmeira. A nacionalização da distribuição do petróleo, contudo, foi rejeitada.

A divisão entre os parlamentares do Centrão nestas votações evidenciou mais uma vez a precariedade das "maiorias" na Constituinte e a possibilidade de reverter a "maioria" favorável ao mandato de cinco anos. Por outro lado, devemos ter consciência de que a vitória de algumas teses nacionalistas não significa, de modo algum, que o Brasil deixará de ser o paraíso das empresas multinacionais. Elas continuarão aqui, e apenas, em certos casos, precisarão de novos "testas-de-ferro".

PINGA-FOGO

NEGRO - O PT realizou em São Paulo, nos dias 16 e 17 de abril, encontro das lideranças nacionais do movimento negro do Partido. Fugindo às comemorações oficiais, que consagram as versões mistificadoras da "democracia racial" (mito difundido e devastador), o encontro voltou-se para o papel do negro na construção do PT, o combate ao racismo institucional camuflado e a conquista da igualdade racial em todos os níveis. O deputado Florestan Fernandes fez no encontro uma exposição sobre a trajetória do negro, da "Abolição" aos nossos dias, focalizando as deficiências das concepções do socialismo revolucionário, que não levam em conta os desdobramentos da interação dialética entre luta de classes e luta de raça, principalmente nos países da periferia capitalista.



O POVO LEGISLA - A iniciativa popular de leis é um instrumento importante de luta democrática, aprovado na Constituinte. Consiste no seguinte: qualquer projeto de lei assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores, terá de ser votado pela Câmara dos Deputados. Qual é a vantagem disso, se um deputado pode colocar o mesmo projeto com sua única assinatura? A diferença é a participação do povo na elaboração e na pressão para a aprovação de uma lei. Só quem vê a política como uma atividade elitista, paternalista, clientelista não vê a diferença. Podendo elaborar diretamente seu projeto de lei, o povo não anula, mas não depende só dos representantes eleitos. O PT batalhou pela aprovação da iniciativa popular.

PUNIÇÃO AOS AUSENTES — Não foi em vão a luta do deputado Pauto Delgado. Ele foi o primeiro constituinte a solicitar da Mesa providências no sentido de punir os parlamentares que faltam sistematicamente às sessões do plenário, prejudicando, com esse comportamento irresponsável, o andamento dos trabalhos. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acabou decidindo cortar o "jeton" (pagamento relativo à presença nas sessões) dos ausentes, além da publicação dos seus nomes. A proposta do Pauto Delgado previa a suspensão dos ausentes e sua substituição pelos suplentes. Ulysses preferiu uma solução simbólica. É pouco, mas é a primeira vez que o Parlamento institui punição para ausentes.



CONSTITUINTES ESTADUAIS - Os deputados petistas nas Assembléias Legislativas começam a se articular para as constituintes estaduais, que se iniciam após o término da Constituinte nacional. Reunião entre representantes das 13 bancadas estaduais do PT em Brasília, dia 14/4, definiu agenda de encontros para discutir os princípios dos projetos de constituinte estadual do PT. O primeiro encontro será nos dias 19 e 20 de maio, em São Paulo. Nossos deputados estaduais decidiram propor, às respectivas Assembléias, a iniciativa popular, audiência pública e tribuna livre; a extensão do horário da Constituinte no rádio e TV para as constituintes estaduais e o prazo de 12 meses para a conclusão dos trabalhos.

Q... eja, no quadro abaixo, o que o Congresso Constituinte decidiu sobre alguns dos mais importantes temas constitucionais em debate nas últimas semanas. Na primeira coluna, apresentamos as propostas

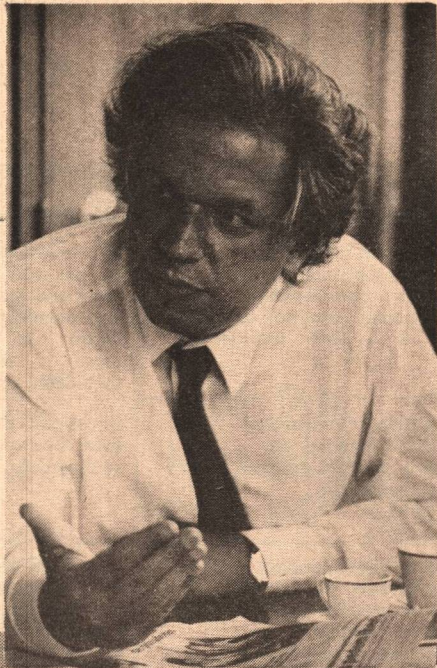
do PT, para que você possa compará-las ao que foi aprovado pelo plenário. Na última coluna, avaliamos as conseqüências do texto aprovado.

TEMAS PROPOSTA 00 PT O QUE FOI APROVADO AVALIAÇÃO CRÍTICA

TEMAS	PROPOSTA 00 PT	O QUE FOI APROVADO	AVALIAÇÃO CRÍTICA	
Regime de governo	a	Presidencialismo, com o Parlamento forte e dotado de maiores poderes para exercer suas prerrogativas de legislar e de fiscalizar o governo	Presidencialismo, com o Parlamento recuperando alguns poderes, porém mantidos instrumentos autoritários como as medidas provisórias com força de lei e o veto presidencial	Fica mantido o regime presidencialista, que se tornará mais democrático do que este atual presidencialismo herdado da ditadura. Porém, a permanência de instrumentos autoritários como as medidas provisórias com força de lei compromete a qualidade do regime de governo
Mandato presidencial		Quatro anos sem direito à reeleição, como regra geral, válida inclusive para o presidente Sarney	Cinco anos sem direito à reeleição, como regra geral. O mandato de Sarney ainda será decidido quando da votação das Disposições Transitórias	O mandato presidencial baixa de 6 para 5 anos. No caso do presidente Sarney, ainda não há uma definição
Sistema eleitoral		1) Sistema proporcional para as eleições parlamentares 2) Dois turnos nas eleições para os cargos executivos	1) Sistema proporcional para as eleições parlamentares 2) Dois turnos nas eleições para cargos executivos, exceto nos municípios com menos de 200 mil eleitores	Quanto às eleições parlamentares, nada muda, tendo sido derrotada a tese do voto distrital. Nas eleições para os cargos executivos, o sistema de dois turnos vai entrar em prática, no caso do presidente da República, dos governadores estaduais e dos prefeitos de cidades mais populosas, o que consideramos um avanço apenas parcial, já que lutamos pelos dois turnos como regra geral
Decretos-leis		Eliminação completa dos decretos-leis	O presidente da República mantém a prerrogativa de baixar medidas provisórias com força de lei. A diferença básica é que se o Congresso não aprovar essas medidas no prazo de 30 dias, elas caem. No presente, os decretos-leis são considerados aprovados por decurso de prazo isê não forem rejeitados pelo Congresso no prazo de 30 dias	Melhora um pouco, mas ainda está oitenta e sete por cento longe da nossa proposta. O correto seria que a capacidade de legislar, isto é, de fazer leis, fosse apenas do Poder Legislativo. O texto aprovado mantém o poder de legislar do Executivo, embora reduzindo-o
Papel das Forças Armadas		As Forças Armadas devem se destinar exclusivamente à defesa externa do país	Além da defesa externa, as Forças Armadas se destinarão também à "defesa da lei e da ordem internas", quando convocadas por um dos Três Poderes	Na essência, nada muda, já que o plenário da Constituinte rejeitou até mesmo a proposta de última instância surgida nas negociações, a qual propunha que as Forças Armadas defendessem a ordem constitucional (ao invés da lei e da ordem), quando convocadas pelo conjunto dos Três Poderes. O texto aprovado consagra a tutela militar sobre a Nação
Sistema Tributário		1) Aumento da arrecadação dos estados e municípios, em detrimento da União; 2) Ênfase maior nos impostos diretos, para uma maior justiça fiscal	Os estados e municípios vão ter maior participação na receita tributária global. Mas foi mantida a ênfase nos impostos indiretos, que são os menos democráticos porque atingem igualmente a todos, sem levar em consideração o nível de renda de cada um	Houve um avanço parcial na questão da receita dos estados e municípios. Não houve, porém, avanço significativo em relação ao caráter regressivo — isto é, quem tem menor renda paga proporcionalmente mais do que quem tem maior renda — do sistema tributário
Bancadas estaduais na Câmara dos Deputados		Proporcionalidade total entre o número de deputados e o número de eleitores, garantido pelo menos um deputado por unidade da Federação	O número máximo de deputados por estado sobe de 60 para 70. Mantido o número mínimo em 8. Foi também garantida a irredutibilidade das atuais bancadas estaduais	São Paulo, a partir da próxima legislatura, passará ter 70 deputados contra os 60 atuais. Além disso, Minas e Rio de Janeiro logo poderão ter mais de 60 deputados. Mas, apesar do ligeiro aumento do número de deputados dos estados maiores, permanecerá a desproporção entre as representações por estado, ficando as dos estados maiores subdimensionadas
Tribuna Constitucional		Criação de um tribunal constitucional, destinado a garantir e defender os direitos fundamentais previstos na Constituição	Manutenção do STF como principal tribunal do país, com ênfase no seu caráter de corte constitucional. Atribuição de competência constitucional ao atual STF sem contudo adaptar sua estrutura que continua arcaica	A proposta mais importante era a estrutura do tribunal constitucional, e ela não vingou. Em todo caso, o novo pape, do STF cria certas condições para que as questões constitucionais relativas aos direitos fundamentais sejam tratadas com maior cuidado
Cartórios		Estatização geral dos cartórios	Além da manutenção do sistema de concessão dos cartórios a particulares, foi decidida a privatização de todos os cartórios extra-judiciais	A privatização dos cartórios não só foi mantida como foi ampliada. O mais grave de tudo isso é que o Poder Público ficou literalmente proibido de exercer diretamente esse serviço público essencial, que ficará inteiramente sob controle de particulares
Conselho da República e Conselho de Defesa		Não previa nenhum dos dois Conselhos	Foi criado o Conselho da República, organismo de assessoramento superior do presidente da República, e o Conselho de Defesa, que será uma espécie de sucedâneo do Conselho de Segurança Nacional	O Conselho da República é aceitável. Mas o Conselho de Defesa representa a continuidade do atual CSN, já que terá uma presença muito grande dos ministros militares, e estabelece atribuições permanentes de defesa nacional. Preocupa ainda o fato de ter sido remetida à lei complementar a regulamentação do funcionamento e competências deste Conselho
Estado de Defesa e Estado de Sítio		Só previa o estado de sítio, exclusivamente na hipótese de guerra externa	Foram aprovados o estado de defesa e o estado de sítio. O estado de defesa poderá ser decretado sem prévia autorização do Congresso Nacional, que só o votará depois. A maioria das medidas coercitivas autoritárias previstas pelos atuais estado de emergência e medidas de emergência estão incluídas no estado de defesa	A aprovação do estado de defesa representa a tentativa de perpetuação do instrumental repressivo herdado da ditadura. O estado de defesa é profundamente anti-democrático, e substitui, com pequenas alterações, os atuais estado de emergência e medidas de emergência

VLADIMIR PALMEIRA

O ex-líder do movimento estudantil Vladimir Palmeira, hoje deputado pelo PT do Rio de Janeiro, fala aqui sobre alguns dos mais importantes temas em discussão na Constituinte



O povo quer eleições e o presidencialismo

Por que o voto no Presidencialismo?

Porque é um regime de governo melhor. São dois os principais argumentos a favor do presidencialismo. Em primeiro lugar, nele você escolhe diretamente o chefe do governo, enquanto no parlamentarismo a escolha é indireta. Em segundo lugar, as eleições para os cargos executivos são as que tem verdadeiramente conteúdo político, onde as forças pró-mudanças se chocam contra as forças que não querem mudar coisa nenhuma. Além disso, temos compromissos históricos com o povo brasileiro, que teve sua expressão de massa mais importante na campanha das Diretas-Já. Durante vinte anos, pedimos para escolher diretamente o presidente da República. Não poderíamos agora, quando essa eleição se avizinha, tirar os poderes do presidente da República. A imensa maioria da população brasileira quer eleições o mais rápido possível, e defende o regime presidencialista.

Essa opção do PT nos afasta de aliados parlamentaristas na Constituinte?

Não. No meu discurso no encaminhamento da votação da questão no plenário da Constituinte, declarei que estaríamos momentaneamente separados, mas que estaríamos juntos na quase totalidade das outras votações. Na Reforma Agrária, na Reforma Urbana, na democratização dos meios de comunicação, na destinação de verbas públicas somente para as escolas públicas, na nacionalização da exploração de minérios, e também na determinação de quatro anos de mandato para o presidente Sarney, nós vamos estar juntos. Nossos aliados estão obrigados a marchar conosco nestas questões. Essa aliança é inevitável.

Para você, que tem atuado nas questões relativas à ordem econômica na Constituinte qual é a importância da nacionalização da exploração mineral?

É uma importância decisiva. As riquezas minerais não são renováveis, o

que aumenta o seu valor e nos dá a obrigação de preservá-las e utilizá-las racionalmente. As estratégias das empresas multinacionais levam em consideração dois fatores de base: a lucratividade e a defesa das posições dos países de onde são originárias. Nós não podemos aceitar que a utilização dos nossos minérios fique submetida a estes fatores. Hoje são fatos comuns ou a existência de áreas concedidas e não exploradas, ou a depredação das jazidas conforme interesses externos à nossa Nação. A nacionalização da exploração mineral é uma exigência da independência nacional.

Que expectativa os aposentados podem ter nesta Constituinte?

Eu tenho o maior interesse nessa questão porque é a que mais me é cobrada nas audiências populares que eu dou nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Inclusive, apresentei projetos defendendo os aposentados, e, ao lado de outros colegas, conseguimos, na Comissão de Sistematização, garantir a remuneração integral dos aposentados e os reajustes reais. Isso parece difícil de passar no plenário. Os entendimentos entre as forças políticas tendem a marchar para que haja remuneração integral até o limite do salário de contribuição. Vindo ao lado dos reajustes reais, essa solução já seria uma expressiva vitória para os trabalhadores.

E a questão do serviço militar?

Acabou sendo aprovada a tese de que ele deve ser obrigatório. Nós defendemos o serviço militar facultativo, e até admitimos a obrigatoriedade desde que haja a opção por um serviço de caráter civil para quem assim preferir. A manutenção do serviço militar obrigatório é uma excrescência num país moderno, e é responsável pelo desperdício de recursos humanos especializados. Acho que ninguém deve ser obrigado a prestar serviço militar se pode desenvolver uma outra atividade mais identificada com a sua consciência.

GUMERCINDO MILHOMEM

Liderança dos professores de São Paulo, o deputado Gumercindo Milhomem (PT-SP) faz uma análise da situação política do país e das tarefas que cabem ao movimento sindical



A prioridade é lutar pelas eleições gerais

Neste momento em que aproxima-se a decisão sobre o mandato do presidente Sarney, qual é, na sua opinião, a tarefa prioritária para o movimento popular?

O movimento sindical e popular deve intensificar as lutas em torno de suas questões específicas. A mais aguda hoje é a possível extinção da URP. É preciso combater a avaliação de que o movimento deve recuar em função das ameaças de retrocesso. Porém, é fundamental fazer a ligação entre as questões específicas com as questões políticas gerais, abrindo espaço para plebiscitos, debates e panfletagens. A questão política mais importante agora é a convocação de eleições gerais após o término da Constituinte. Acredito na reedição de campanhas de pressão corpo-a-corpo, junto a cada parlamentar, na sua respectiva cidade ou região. Vários instrumentos podem ser utilizados nesta campanha, como as manifestações públicas, o apoio de Câmaras de Vereadores, comissões de espera em aeroportos, panfletagem, etc. Considero tarefa de todo petista promover esta campanha suprapartidária no movimento do qual participar.

E o bloco político que está sendo articulado em substituição ao Centrão? Ele pode consolidar o apoio ao governo na Constituinte?

O Centrão ou o que dele remanesce representa o que houve e o que há de pior na política brasileira. A ação desenvolvida pelo movimento sindical, os cartazes da CUT (em que pesem os erros cometidos) foram muito importantes para a desarticulação desse grupo de sustentação política do governo. A meu ver essa é uma vitória tão importante quanto à aprovação de diversos pontos de interesse da classe trabalhadora. Essa ação do movimento, que é uma novidade na vida política, é um embrião de controle pela população organizada do voto de seus representantes. Entretanto, os mesmos políticos do Centrão já se rearticulam sob outros rótulos como "bloco da transição". Em função do pretendido prolongamento do seu mandato, Sarney ten-

ta articular este novo bloco de sustentação para o que pode vir a ser o "golpe", isto é, a não realização de eleições gerais neste ano ou mesmo no próximo.

Com a crise interna do PMDB, parlamentares da sua corrente progressista poderão ingressar no PT?

Acredito que muito poucos. Há alguns sobre os quais deveríamos, da base até a direção partidária, empenhar-nos em trazer. Porém, boa parte dos dissidentes do PMDB tem trajetória diferente da nossa. Estes deverão ingressar em outros partidos ou formar um novo, com o qual poderemos ter boas relações. A exemplo do que vem acontecendo, muitos vereadores poderão ingressar no PT. É preciso ressaltar, entretanto, que especialmente no momento eleitoral, muitos oportunistas virão bater às nossas portas, somente com objetivos eleitoreiros. Aí é preciso distinguirmos quem pode somar no trabalho e na construção do PT.

Depois de participar dos trabalhos das comissões relacionadas à Educação, você acredita que o plenário da Constituinte manterá o texto aprovado sobre este tema na Comissão de Sistematização?

As mudanças no regimento da Constituinte introduzidas pelo Centrão deram preferência às propostas deles, de modo que para emendar o texto base do Centrão, são necessários mais de 280 votos. Este texto tenta garantir a predominância dos interesses dos negociantes em lugar de garantir os interesses sociais. Em relação à Educação, ele suprime avanços que conseguimos incluir no projeto da Sistematização, como a gestão democrática e a gratuidade do ensino público, a aplicação exclusivamente no ensino público das verbas destinadas à Educação. Querem eliminar também o salário educação, responsável hoje por quase todos os investimentos no setor. Diante da ameaça de tais retrocessos, é fundamental que todas as entidades representativas dos professores, alunos e funcionários mobilizem pelas suas conquistas, a exemplo da campanha "Diretas-Já".